

13-06-2023

Onde está o teu irmão e a tua irmã?

Damiana Pereira de Sousa

[Professora e pesquisadora de literatura indígena]

A violação de direitos e a violência extrema contra os povos indígenas do Brasil continuam: *“Os dados mostram que foram assassinadas meninas e meninos, mas antes os estupraram e torturaram, depois dilaceraram seus corpos”* (Conselho Indigenista Missionário-CIMI, 2021). É possível dormir sossegado(a) sabendo que meninas e meninos indígenas estão sendo dizimados pela ganância perversa? O Papa Francisco indagou *“Quem dera que se ouvisse o grito de Deus, perguntando a todos nós: Onde está o teu irmão? Não nos façamos de distraídos! A pergunta é para todos!”*

Esse relatório do CIMI (2021) de violência contra os povos indígenas brasileiros apresenta dados chocantes. Demonstra que os inimigos dos indígenas não querem apenas atacar os espaços físicos de convivência, mas expungir os modos de ser expressos na espiritualidade e ancestralidade de cada povo. Nas invasões pisoteiam e profanam o chão sagrado e ateam fogo nas Casas de Reza. Isto é inaceitável, pois suas espiritualidades também são modos de resistência contra o massacre imundo em curso. Os vínculos ancestrais conectam os povos às suas terras, aos seus territórios sagrados. O CIMI reitera que esse cenário desolador só se aprofundou, sobretudo devido às omissões e estímulos do governo anterior, legitimando e naturalizando as ações desses grupos criminosos. Grupos que dilaceram biomas e ecossistemas inteiros e assim destroem e adoecem a existência de homens, mulheres e crianças indígenas e não indígenas. O CIMI ainda não lançou dados do atual governo. Muitos podem indagar se a pergunta *“Onde está o teu irmão?”* tem cunho religioso. E tem mesmo. No entanto, não é só isso. A pergunta é clara e é para todos(as). Todos(as) que *“dizem”* lutar pelos direitos humanos, pelos(as) trabalhadores(as), pela justiça, pela paz, pela floresta, pela Terra, pela água. Todos(as) que, de fato, se importam e não para aqueles que vivem de devaneios e debates sem fim, mas sem ações; ou até mesmo falas que sejam, verdadeiramente, um compromisso com a luta por um mundo sem violência, sem dor e sem injustiças. Os povos indígenas estão na linha de frente da luta pela cura da Mãe Terra¹, e estão sofrendo há mais de quinhentos anos, lutando por suas existências. Assim, estão há mais de quinhentos anos sendo massacrados por uma violência sem fim. Atualmente, se colocam a postos contra mais uma batalha: a aprovação do Marco Temporal². Segundo Sônia Guajajara (Ministra dos Povos Indígenas), *“a tramitação em urgência do PL 490/2007, que se fundamenta na tese jurídica do Marco Temporal, não acolhida pelo Supremo Tribunal Federal, ignorando a teoria do indigenato, protegida legalmente pelos artigos 231 e 232 da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988 e sua aprovação se configura numa série de retrocessos aos direitos constitucionais dos povos indígenas, chegando ao ponto de desconsiderar todo o processo de violações de direitos e as práticas genocidas aplicadas pelo Estado Brasileiro no decorrer do período histórico que antecede a Constituição de 1988”*.

A aprovação do PL 490/07 configura uma clara ameaça aos direitos dos povos indígenas do Brasil, conquistados com muita luta e sangue. É uma grande ameaça, pois permite a exploração energética, hídrica e mineral em seus territórios. Atividades que causam danos devastadores à Terra e à existência desses povos, como evidenciou-se na recente crise humanitária enfrentada pelos povos ianomâmis (crise que parece esquecida pela sociedade). Além disso, com a aprovação do PL 490/07, conforme a posição da ministra, as atividades exploratórias aconteceriam independentemente de consulta às comunidades indígenas afetadas ou ao órgão indigenista federal. Para além, o contato com povos indígenas isolados seria flexibilizado, podendo ainda inviabilizar demarcações de terras e ameaçar territórios indígenas já demarcados. Ou seja, é um PL que ameaça incontestavelmente a existência dos indígenas e de todos os brasileiros, visto que os danos causados por esta exploração impacta a todos. Como o que já vem impactando nas mudanças climáticas percebidas no cotidiano de cada um no decorrer dos anos. Lendo os dados do CIMI e as notícias sobre o Marco Temporal na quarta, dia 31/05/2023, concluo: a luta dos povos indígenas continua, a luta pelos direitos humanos continua, a luta pela terra continua, a luta pela paz continua, a luta pela justiça continua...

As ameaças e violências não cessam, o sangue indígena segue sendo derramado, a terra segue sendo devastada, a água contaminada, os corpos hídricos alterados, áreas sendo inundadas, vegetações removidas, erosões, solos desgastados e o ar, o ar, irrespirável. Parece-me que estamos ficando sem ar... sufocados (as)... A luta dos povos indígenas é a luta de todos(as)!

Onde está o teu irmão e a tua irmã? Onde? Adoecido(a)? Na lama? Embaixo de um sol de 40° vendendo algo para sobreviver ou para sustentar a família? Na prisão? Sendo humilhado e explorado pelo *“chefe”*? Desesperado(a) por ter perdido tudo devido a chuvas intensas e inesperadas por habitar em áreas de *“risco”*? Arriscando a própria vida limpando vidraças de apartamentos em prédios de luxo? Colhendo tocos de cana sob sol escaldante em canal de uma grande agroindústria?

No hospital? Na fila do SUS? Atingido(a) por uma bala *“perdida”*? Excluído por não enxergar, andar ou falar? Oprimido(a) por sua cor, raça, classe ou opção sexual? Assediado(a) moral e sexualmente em seu local de trabalho? Doente por não ter um trabalho? Silenciado(a)? Apagado(a)?

No caixão por não ter suportado tanta opressão e violência?

E você, onde está?

A pergunta é para todos (as).

Onde está o teu irmão e a tua irmã?...

“Estamos sendo lembrados de que somos tão vulneráveis que, se cortarem nosso ar por alguns minutos, a gente morre”.

(Ailton Krenak)

■ ■ ■

Notas

1. Perspectiva indígena sobre a Terra, isto é, a Terra como uma mãe, sagrada, que deve ser protegida e cuidada.
2. A tese do marco temporal, defendida por ruralistas, determina que a demarcação de uma terra indígena só pode acontecer se for comprovado que os indígenas estavam sobre o espaço requerido em 5 de outubro de 1988 — quando a Constituição atual foi promulgada.

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.